

GUSTAVO HENRIQUE MOREIRA DO VALLE

PANORAMA CONSTITUCIONAL
DA TRIBUTAÇÃO DAS
SOCIEDADES COOPERATIVAS

Um Estudo sobre o Artigo 146, *Caput*,
Inciso III, Alínea “c”, da Constituição da
República Federativa do Brasil de 1988

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 by Gustavo Henrique Moreira do Valle

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Camila Cortez
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

V181p Valle, Gustavo Henrique Moreira do
Panorama constitucional da tributação das sociedades
cooperativas : um estudo sobre o artigo 146, *caput*, inciso
III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do
Brasil de 1988 / Gustavo Henrique Moreira do Valle. – Rio
de Janeiro : Lumen Juris, 2013.
184 p. ; 14x21 cm.
ISBN 978-85-375-2289-9

1. Cooperativas – Impostos – Legislação – Brasil.
2. Cooperativismo – Brasil. I. Título.

CDD- 343.81066

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	COOPERATIVISMO E SOCIEDADES COOPERATIVAS	5
2.1	Origens históricas e direito posto	5
2.2	Noções preliminares	10
2.2.1	Solidarismo, valores e princípios do cooperativismo	10
2.2.2	Cooperativismo e ética	15
2.3	O cooperativismo como empreendimento econômico não lucrativo: o preço justo e a sua distinção do lucro	16
2.4	O papel do capital e dos sócios na cooperação – Diferenças das sociedades capitalistas	23
2.4.1	O capital	24
2.4.2	Os sócios	26
2.5	As sociedades cooperativas e seus princípios fundamentais: dupla qualidade e identidade de interesses	28
2.6	Inexistência de fins lucrativos: atuação em regime de cobertura de custos, preço de mercado, sobras e retorno	33
2.7	Características das sociedades cooperativas	39
2.8	Fim e objeto das sociedades cooperativas – Classificação das sociedades cooperativas em razão do objeto	45
2.9	Regime institucional e caráter instrumental das sociedades cooperativas	52
2.9.1	Regime institucional – Natureza dos atos constitutivos e dos estatutos	52
2.9.2	Caráter instrumental	57
2.10	Conceito de sociedade cooperativa.....	60
2.11	Dinâmica cooperativista: o ciclo dos negócios cooperativos	63

2.12	Ato cooperativo: origem histórica, acepções, direito positivo brasileiro e direito comparado	71
2.13	Operações com terceiros: ortodoxia <i>versus</i> pragmatismo, noções básicas, distinções e resultados	78
2.14	Existência formal e material das sociedades cooperativas	83
3	O COOPERATIVISMO E AS SOCIEDADES COOPERATIVAS NO ÂMBITO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	87
3.1	O Sistema Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributária	87
3.2	O adequado tratamento tributário a ser dispensado, por meio de lei complementar de normas gerais, ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas	96
3.3	A determinação constitucional de apoio e estímulo ao cooperativismo	106
3.4	O tratamento tributário das operações com terceiros	115
4	DELINEAMENTO DO CONTEÚDO DA VINDOURA LEI COMPLEMENTAR DE NORMAS GERAIS DE QUE TRATA A ALÍNEA "C" DO INCISO III DO CAPUT DO ARTIGO 146 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1988	117
4.1	Considerações introdutórias	117
4.2	Patrimônio	119
4.3	Receita, faturamento, renda e lucro.....	123
4.4	Operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de qualquer natureza	137
5	CONCLUSÃO	159
	REFERÊNCIAS	163